

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES -
CONCIDADES**

REALIZADA NOS DIAS 06, 07/12/2010.

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às dez e meia horas, no Auditório do Ministério das Cidades, situado no Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a vigésima sétima reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), por ordem do Presidente, o Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, sob a coordenação, do Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, que justificou a ausência do Presidente. Estavam presentes 107 conselheiros, sendo 58 titulares, 43 suplentes e 06 observadores. Os titulares foram representados por 08 conselheiros do Poder Público Federal, 05 conselheiros do Poder Público Estadual, 05 conselheiros do Poder Público Municipal, 17 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 06 conselheiros das Entidades Empresariais, 08 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 05 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 04 conselheiros das Organizações Não Governamentais. O Secretário-Executivo saudou a todos dando início à 27ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades e apresentou a pauta: **1. Tema de Conjuntura: Balanço da 3ª Gestão do Conselho: rumo do Conselho diante da sucessão presidencial e a relação do Conselho com as demais instâncias do Conselho – Intersetorialidade. 2. Reuniões dos Comitês Técnicos. 3. Reuniões dos Segmentos. 4. Plenária com relatos dos Comitês. 5. Plenária votação das resoluções.** Em seguida explicou a metodologia para o primeiro ponto de pauta e convidou os representantes das Secretarias Nacionais, Daniel Montandon, Diretor do Departamento de Planejamento da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, João Alencar, da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Júnia Santa Rosa, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Habitação e Marta Sinoti, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, a proferirem suas apresentações. **1. Tema de Conjuntura: Balanço da 3ª Gestão do Conselho: rumo do Conselho diante da sucessão presidencial e a relação do Conselho com as demais instâncias do Conselho – Intersetorialidade.** As abordagens constam do documento Balanço de Atuação do Concidades - 3ª Gestão, contido no Anexo da Ata, que consiste numa apresentação, pelas Secretarias Nacionais, do balanço de sua atuação. A conselheira Mércia Alves, sistematizadora final do Balanço, esclareceu naquele momento que não tinha um documento consolidado de balanço porque as contribuições das Secretarias chegaram tarde e a Coordenação Executiva não consolidou o documento de balanço de atuação do Concidades. Chamou a atenção para o fato de que o Conselho ainda é falho na monitoração das resoluções, especialmente sobre as que estabelecem condições para estados e municípios receberem recursos. Ressaltou a grande limitação do Concidades

por ser consultivo e não deliberativo. A partir do levantamento das Conferências elaborado pela Comissão de Sistematização, verifica-se que pouco se avançou na superação dos desafios com os quais se defronta o Conselho: na discussão do orçamento - dos recursos relativos às ações do PAC e das políticas de desenvolvimento urbano; no acompanhamento e apoio aos conselhos estaduais e municipais, e, na falta de integração das políticas urbanas. A proposta de criação do Sistema e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, com um prazo de cerca de seis meses, também não teve progressos. Finalizou dizendo que a ação do Conselho corresponde a uma boa carta de intenção sobre os rumos da política, o que é comprovado pelo fato de que as deliberações da 4ª Conferência apenas reafirmam as das conferências anteriores. Em seguida, iniciaram-se as intervenções dos demais conselheiros, com a fala do conselheiro Nazareno Spósito sobre a questão do barateamento das tarifas no transporte público, que começou a ser discutido em 1992 e atualmente encontra-se no Senado, mas está praticamente parado desde o ano anterior. Manifestou que o interesse no tema é menor do que na universalização do acesso ao automóvel. Declarou, em seguida, que o Ministério das Cidades que o Denatran é quase ausente no Comitê de Mobilidade, ainda que, nas poucas vezes em que teve alguma participação as reuniões foram produtivas. Abordou a crise da mobilidade, resultante da política pública de redução das alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, que colaborou para que as cidades se congestionassem e que reduzisse drasticamente a velocidade do transporte público. Em seguida abordou a questão da integração de políticas, em que não houve avanços. É preciso que existam requisitos de que os empreendimentos habitacionais prevejam acessibilidade. Reclamou que não houve consulta ao Comitê de Mobilidade sobre o PAC da Copa. Os debates podem até ter influenciado os programas, mas a participação formal do Conselho não houve. Quanto ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, a discussão tem sido muito dispersa, com foco num grande sistema nacional, que não contribui para avanços. O importante é a formulação de um projeto de regulamentação do Conselho e que o Governo Federal só passe a liberar recursos aos estados e municípios que tenham conselhos implantados. Disse esperar que o Plano da Década de redução da violência no trânsito tenha no próximo governo uma meta real entre 20 ou 30%, que não pode ser alcançada enquanto o governo continuar com uma política que dizima seres humanos. Junia Santa Rosa concordou com o conselheiro sobre a discussão de parâmetros de mobilidade para aprovação dos projetos habitacionais e reconhece o desafio de trazer para o programa Minha Casa Minha Vida o conjunto das demais políticas. Na primeira etapa, o Minha Casa Minha Vida foi resposta para a crise econômica, e a rapidez com que teve de ser implementado fez com que obedecesse apenas aos regramentos da Caixa Econômica Federal. Para o PAC 2, a SNH traz esse tema para discussão com a Caixa e especialistas de várias cidades, abordando tanto o acompanhamento social como dos parâmetros urbanísticos. O conselheiro Whelton considerou como fundamental o Conselho ser deliberativo – faz com que seja mais respeitado pelos governadores e prefeitos. Em seguida, respondeu à ponderação do Secretário-Executivo, a respeito de as resoluções do Concidades que restringem o repasse de recursos aos municípios que não cumprem certos requisitos. Enfatizou a relevância da participação da sociedade civil na formulação das políticas

públicas dos municípios e de melhorar a qualidade dos conselhos e que não deve haver condescendência com prefeitos despreparados. O conselheiro Iramar Cardoso lembrou que o Conselho do SUS é deliberativo, e mesmo assim, muitas de suas demandas não são implementadas. Afirmou que não há muita clareza no debate sobre o conselho deliberativo. Disse acreditar que o importante é transformar a política pública e que isto demanda muito mais do que ser deliberativo. Afirmou, ainda, que a intersectorialidade de políticas, cujo objetivo final é melhorar a qualidade de vida da população, deve ser estendida para além das políticas internas do Ministério das Cidades, incluindo saúde, educação e alimentação, entre outras. Outra limitação está na abrangência das políticas, por exemplo, não há ações para a mobilidade por rios na Região Amazônica. O conselheiro Miguel Lobato considerou que o Balanço deixou de discutir a macropolítica. Insistiu na necessidade de debater o desafio a transversalidade das políticas, tendo em vista a sua interligação com o tema do SNDU. Afirmou que o Sistema não avançou porque ao Ministro e Secretários não interessa efetivar a integração das políticas. A negação da integração fortalece a política dos programas como o PAC e Minha Casa Minha Vida. Declarou que o Conselho é forte, talvez devido à sua homogeneidade e do sucesso com que trabalha a diversidade, e assim, mesmo não sendo deliberativo, porque ele é propositivo, influenciando várias leis e programas. Declarou que é preciso que venham à tona os antagonismos entre o Ministério e o Conselho (como acontece em relação às concepções antagônicas do Conselho e da Secretaria de Saneamento) para que o debate não seja escamoteado e assim, possam haver pactos em torno dos interesses comuns. O conselheiro Miguel Sastre concordou com a fala anterior, destacando o amadurecimento e os avanços do Conselho. Avaliou os desdobramentos para a interlocução com a sociedade, na medida em que os conselheiros são lideranças de segmentos sociais. Reconheceu que existe uma saudável divergência que não impede a construção das políticas. A conselheira Arlete Moysés afirmou que o consenso não é obrigatório, mas sim pactos que possam produzir avanços. O objetivo do Conselho é mudar a cultura política, do predomínio da política voltada para o mercado e pensar nos limites deste com relação à função social da propriedade e da cidade. A política de mercado emerge na concepção dos programas Minha Casa Minha Vida e PAC que têm a função de resolver uma crise. O conselheiro Marco Antonio Alves mostrou preocupação com recursos liberados nos municípios, mas sem utilização, alguns até com obras já iniciadas e que poderão ficar paralisadas pelo não cumprimento de compromissos com a criação de conselho e fundo. Sugeriu a flexibilização das restrições, sob a condição de que sejam tomadas medidas para o cumprimento imediato dos requisitos, sem o que será retida a última parcela do reembolso. Devem ser identificados os municípios com problema e com o apoio do Ministério organizar uma força tarefa de capacitação sobre as políticas públicas. A conselheira Bartíria Perpétua lembrou os avanços na elaboração das políticas e leis do saneamento, da regularização fundiária, da tramitação do marco regulatório da mobilidade urbana e do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social. Permanece como uma importante fragilidade, a falta de integração das Secretarias e das políticas. Avaliou que houve falta de estímulo para debater o Sistema, e o governo federal também não contribuiu para que isso acontecesse. A expectativa está no comprometimento do novo governo que se

instala, para enfrentar esse debate. Argumenta-se que o Conselho não pode ir até onde ele não tem competência, já que não é deliberativo, mas isto não é decisivo, já que tem competência para determinar que o governo vai suspender um certo ou descredenciar alguma instituição. Existem contradições e por isso a discussão não avança. O conselho precisa ser deliberativo para avançar, mas não só isto, e sim ter um sistema de políticas integradas. Não se separam a gestão democrática do Conselho e o Sistema. Enquanto não construir esse conjunto a Casa Civil vai continuar produzindo os programas. O conselheiro Carlos Comasseto declarou que o grande desafio é que o Conselho seja o grande agente político da elaboração do SNDU. Para isto é preciso ainda construir alguns acordos, principalmente com o governo que vai iniciar, porque não está ajustado, ainda, o pacto federativo republicano para instalar o Sistema. Quando os prefeitos vão buscar recursos com a Caixa e se comprometem de construir os equipamentos públicos, não há mecanismos de controle social efetivo. Na questão da integração o próprio Ministério das Cidades tem dificuldade de integração entre as suas Secretarias. Lembrou, a seguir, que o programa Minha Casa, Minha Vida está propiciando a construção da cidade dispersiva. O Conselho não teve capacidade de pactuar com todos os setores para discutir a função social da propriedade, e assim, cada vez mais as camadas excluídas economicamente vão para a periferia. Porque inflacionou a terra, quanto mais próxima das estruturas urbanizadas, mais cara. Concluiu que o grande desafio do Conselho é repactuarmos com o próximo governo para traduzir numa política de Estado a instituição do SNDU. Daniel Montandon avaliou que se avançaram muito nos recursos para programas como o PAC e Minha Casa Minha Vida, mas permanece deficiente a regulação do uso do solo para dialogar com esses programas. O programa Minha Casa Minha Vida está sendo implementado e a regulação do uso do solo precisa aportar terra urbanizada para o programa, a fim de que seja adequadamente executado. É uma pauta que o Conselho precisa assumir e em 2011 os planos diretores passarão por revisão. Isto é fundamental para a questão da intersectorialidade, principalmente com a viabilização da política habitacional nos moldes do Estatuto da Cidade. Este é um ponto relevante de pauta do conselho para o próximo ano. João Alencar da Secretaria de Mobilidade observou a necessidade de um pacto social pela mobilidade urbana, objetivando o financiamento de quem realmente precisa. Não de forma universal, do ponto de vista linear de alguma redução. É uma discussão urgente, porque se corre um risco sério de inviabilizar as cidades e da perspectiva do custo que está sendo transferido para quem menos pode.

4. Plenária com relatos dos Comitês.

Viviana Simon, Diretora do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Planejamento, iniciou o relato da Reunião do Comitê Técnico de Saneamento abordando o encaminhamento dos editais para a contratação de proposta de coordenação regional da rede e para contratar a proposta de capacitação. Foi encaminhado que na próxima reunião do comitê técnico de saneamento, será feita toda a explanação do edital. Observou-se também que a Recesa já tem a previsão da capacitação dos planos municipais e o Comitê Técnico solicitou que esta seja uma prioridade em todos os editais, enquanto não se efetivar a realização de todos os planos municipais. Foi feita uma explanação da PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, que implicou na reavaliação do Plansab. Apresentou-se as linhas gerais de

seleção de propostas para o PAC 2, e para tanto, mais de 500 reuniões fora realizadas na Secretaria de Saneamento criando uma pré-seleção, avaliando-se cada projeto. Aí também, entende-se que se deu um grande passo na questão da intersetorialidade, pois cada secretaria avaliou seus projetos e depois, todas se entenderam para o ajuste entre os projetos. Relatou, também, que no PAC II a novidade que é não ter contrapartida nos municípios abaixo de 50 mil habitantes, com um bilhão de reais para financiamento. O primeiro passo será a drenagem. Relatou que foram alocados 10 bilhões de reais no PAC II, sendo que o G1 recebeu 55 milhões de reais. Embora a demanda tenha sido grande e a oferta muito superior, a qualidade dos pleitos não foi atingida em muitos casos. A linha geral de não seleção dos planos de saneamento foram duas: planos apresentados por proponentes cujo consórcio não era devidamente constituído e quando o município não pretendesse fazer plano para as quatro modalidades de saneamento - abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e reservatórios urbanos. Ou seja, os municípios que não apresentaram proposta para todas as modalidades não foram aceitos. Relatou-se, também, o resultado das campanhas dos Planos Municipais de Saneamento e fez-se um balanço geral. A campanha não foi tão satisfatória como seria desejável por uma questão de recurso financeiro, mas a avaliação ainda assim é extremamente positiva. O Comitê Técnico avaliou que a regulamentação da Lei do Saneamento, ou seja, o Decreto, foi demorada, mas a Secretaria de Saneamento entende que há a necessidade de um tempo de maturidade. A Lei do Saneamento em 2007 foi resultado de 20 anos de discussão, houve um grande avanço com a lei, mas todos os setores de saneamento tiveram perdas, porque tiveram que ceder para a emissão da lei. Com o Decreto, essas questões voltaram e cada um quer preservar seus interesses. Por isso foi preciso um tempo de maturação maior, para que se trouxessem para o decreto essas questões já superadas em 2007. Encaminhou-se que nas próximas reuniões, se aprofunde mais no conteúdo do decreto. Não estava prevista uma discussão sobre o Plansab, mas a pedido do Comitê na última reunião, a discussão foi antecipada, mesmo ele ainda não estando pronto, pois faltam ajustes e o capítulo de investimentos. A UFMG, a UFRJ e UFPA terminam a versão até o final do mês, e será encaminhada para os membros do GTI e do Comitê Técnico de Saneamento para que nos dias 11 e 12 de janeiro seja novamente discutida, no momento final de proposições. Finalizada a versão será iniciada a consulta pública e os seminários. A Resolução nº 86 de 2009 recomenda que sejam feitos seminários regionais, mas a Secretaria avalia que é inviável por causa da escassez de pessoal para discutir o assunto. O Comitê Técnico decidiu que ao invés de cinco seminários regionais, será feito um seminário nacional usando o Sistema Interlegis e seminários regionais norte/nordeste e sul/sudeste/centro-oeste, no dia seguinte ao seminário nacional. No segundo relato, Daniel Montandon informou que o ponto de pauta foi a Rede Nacional de Planos Diretores Participativos. Ainda na etapa da elaboração dos planos diretores, verificou-se que os dados eram sempre quantitativos: quantos municípios têm plano diretor e não como estão os planos diretores. Daí nasceu essa pesquisa em nível nacional que teve uma dupla característica. Primeira, fazer a avaliação de planos diretores numa amostra considerável. E a segunda, realizar um processo de capacitação descentralizado, para o processo de implementação dos planos diretores. Terminada a pesquisa estão sendo apresentados resultados do

trabalho para o conselho. É um debate importante, porque traz uma avaliação qualitativa tendo como pano de fundo, o modo como o estatuto da cidade foi implementado. As principais contribuições foram as seguintes: primeiro, aprofundar alguns pontos dessa pesquisa com alguns pontos mais candentes, como o tema da ampliação do acesso à terra e segundo, trabalhar com proposições, ou seja, transformar a leitura dos resultados da pesquisa em ações para o Conselho e o Ministério das Cidades. Outro ponto que os conselheiros identificaram nos resultados da pesquisa foi que os pontos de avanço dos planos diretores coincidiram com pautas trabalhadas pelo conselho. Daí, a necessidade de verificar quais foram as fragilidades no processo para se avançar numa regulamentação mais específica, com apoio do Conselho. Um tema evidenciado na pesquisa e que não foi devidamente trabalhado no Conselho foi a discussão sobre a expansão urbana. A modificação do perímetro urbano, o efeito de valorização na terra que tem esse processo é um ponto importante a ser discutido. Ficou encaminhado que numa próxima reunião do Comitê fosse aprofundado o conhecimento da pesquisa, já traduzindo em ações ou num plano de trabalho do próprio Comitê. O material está disponível no site do Ministério, com todos os resultados da pesquisa. Depois deste ponto foram trabalhadas as propostas de resolução. Uma delas foi apresentada por um dos conselheiros, sobre regulamentar o impacto de vizinhança. Não houve tempo para trabalhá-la e será ponto de pauta para uma próxima reunião. Mas, basicamente, propõe que esse instrumento seja regulamentado nos municípios a fim de lidar com os grandes empreendimentos que geram impactos urbanos, já que o licenciamento ambiental talvez tenha limitações para lidar com os impactos urbanos, com a proposição de medidas mitigadoras e esse instrumento poderia fazer uma complementação. O mais importante, quando se regulamenta esses instrumentos é definir os responsáveis pela mitigação dos impactos. Um conselheiro complementou o relato informando que foi definido que o GT Conflitos vai acompanhar a visita da Relatoria da Plataforma Dhesca no Rio de Janeiro. Junia Santa Rosa relatou que o primeiro ponto discutido foi o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a respeito da prorrogação das condicionalidades que estados e municípios devem cumprir até o dia 31/12/2010, prazo para que os planos sejam apresentados à CEF para a continuidade dos repasses a estados e municípios. Foi debatido entre os conselheiros que o repasse dos recursos do FNHIS já firmados não deve ser interrompido, mas há uma preocupação com relação à postergação pura e simples, e assim foram consideradas algumas condições para o adiamento. As duas principais referem-se ao início da vigência do contrato, pois muitos deles, que datam até de 2007, não foram iniciadas. Há prefeituras que sequer sabem quais são os contratos que estão vigentes sob a sua responsabilidade. Outras têm o contrato e o dinheiro já está disponível para o município fazer o plano e, ele simplesmente apresenta a seleção sem nenhum compromisso. Mas há casos daqueles que pelo menos fizeram o esforço de darem início ao processo. Para essas duas questões, tanto de temporalidade de contrato, como de início mínimo de execução, estas seriam as duas condicionalidades a se pensar em termos de prorrogação do prazo a ser estabelecido pelos conselheiros. Outra preocupação foi com relação aos conteúdos de planos que estão sendo apresentados sem recursos do ministério, que também têm que cumprir os requisitos. Estes planos estão sendo entregues à CEF sem o controle dos

manuais de orientações do Ministério. Por isso foi proposto estabelecer um conteúdo mínimo por meio de resolução, que deve ser cumprido por todos os municípios, independente de terem contrato com o Ministério ou não. A dificuldade é se a equipe da CEF é adequada para avaliar estes contratos. Foi solicitado à SNH para disponibilizar aos conselheiros os dados sobre elaboração dos planos e criação do conselho e fundo pelos municípios que aderiram ao SNHIS. A Secretaria propôs, no caso de ampliação do prazo, colocar todos os contratos na Sala de Situação que analisa e acompanha os programas do PAC e, também fazer um esforço junto à CEF para fazer uma pressão sobre os prefeitos que têm recurso do Minha Casa Minha Vida com relação a elaboração desses instrumentos, especialmente do plano. No balanço do PAC I, houve a distribuição de 19 bilhões já selecionados para obras, 18 bilhões estão contratados e a execução gira em torno de 30%. Na avaliação da Secretaria teve uma melhora, mas está longe de ser o ideal sob o ponto de vista da execução. Das quatro mil operações atualmente no PAC, cerca de 300 já estão concluídas, com a prestação de contas aprovadas, sendo que a maioria é do FNHIS. O segundo ponto da Reunião foi a mudança na forma de seleção e de orientação aos municípios na apresentação de propostas. Há uma exigência muito maior aos municípios com relação aos critérios anteriores, entre os quais, a continuidade de obras do PAC I. Foram obtidos 100 milhões de reais para apoiar os municípios na melhoria da qualidade dos projetos. Há um ponto crítico com relação ao programa Minha Casa Minha Vida II que são os limites de renda, e indexar esses valores pelo salário mínimo. Existem problemas no sentido de não inflacionar ainda mais valores de mercado do Programa, tendo em vista o problema da valorização da terra e da questão do preço da terra urbanizada. É uma equação difícil, por causa da pressão para o aumento dos valores do Programa. O tema do trabalho social recebeu atenção, mas não com a dimensão com que vem sendo apontado o problema da sustentabilidade dos empreendimentos que estão sendo entregues, especialmente os de 0 a 3 salários mínimos. Com relação aos parâmetros urbanísticos, foi criado um GT da CEF e do Ministério trabalhando sobre esse tema, tentando aprimorar especialmente junto às prefeituras, com regras urbanísticas desde o primeiro momento. Na questão das unidades destinadas às atividades comerciais, já que o Programa precisa se viabilizar com a venda de áreas comerciais financia-se, inclusive, para poder fazer verticalização com elevador. A seguir João Alencar informou que foi feito um pedido de pauta para a próxima reunião do comitê para discussão do fortalecimento do Programa Pedala Brasil, que é do âmbito da secretaria. Não houve condições de expor o PAC Copa e PAC II por incompatibilidade de agenda dos responsáveis pela gestão do programa. Levantou-se a necessidade de discutir sobre formas e mecanismos de apoio às cooperativas de transportes em razão das condições de acesso a recursos e incentivos ligados ao setor, que tem certa burocracia e certa dificuldade por parte desse segmento que atua em transportes nas cidades brasileiras. Isso também será objeto de discussão do Comitê a pedido de um dos conselheiros. A conselheira Inês Damasceno foi chamada pelo Secretário-Executivo, na qualidade, também, de relatora da Reunião do Comitê de Mobilidade. A Conselheira informou que não foi cumprida a pauta do Comitê por total ausência da Semob nas discussões, fato que tem reiteradamente ocorrido. Acentuou que a mobilidade é um assunto

desprestigiado e declarou a profunda insatisfação dos conselheiros membros do Comitê de Mobilidade pela omissão da Semob. O **Senhor Orlando**: apoiou a posição da conselheira Inês e chamou o problema do CTM para o Conselho como um todo, ou que seja tomada alguma medida que fortaleça o Comitê. A conselheira Ana Suassuna falou sobre a dificuldade dos municípios pernambucanos afetados pelas enxurradas de formularem propostas de planejamento e desenvolvimento urbano e pediu apoio ao Ministério das Cidades, unindo o trabalho dos dois comitês, de habitação e planejamento para promover um planejamento integrado das três esferas, União, Estado e municípios. O conselheiro Ângelo Arruda lembrou que os desastres climáticos têm sido recorrentes, mas existem regiões urbanas e rurais mapeadas pela USP em que uma vez por ano alguma coisa acontece. Concluiu que falta uma política de planejamento preventivo, que proponha, ou a retirada de pessoas de áreas onde vão acontecer problemas ou um planejamento urbano nos municípios aliado com os planos diretores e os planos de saneamento para os quase 800 municípios que foram afetados nos últimos cinco anos por algum tipo de calamidade. Daniel Montandon informou ter condições de prestar um apoio institucional para desenhar um plano de ação em médio prazo em Alagoas e Pernambuco. Lembrou que o Ministério tem um projeto de extensão universitária para a UFPE sobre cadastro, incluindo o Geosnic que, talvez, possa ter uma convergência para providenciar fotos e realizar o mapeamento para identificar as áreas de expansão urbana. As ações de risco coordenadas pela SNPU apóiam obras de contenção de encostas. Junia Santa Rosa informou que os recursos financeiros federais foram repassados para os governadores dos estados, que contratam as obras. O conselheiro Marcos Cosmo comentou que a Lei 6.766 é uma das ferramentas mais poderosas para o acesso ao lote urbanizado e legalizado para a baixa renda, entretanto o projeto de alteração está paralisado. É necessária a união do Conselho para colocar este ponto na pauta, e assim conquistar uma ferramenta muito forte para que a obtenção de terra, uma vez que, em economia de mercado, aumentar a oferta de terra urbanizada vai derrubar o preço. A conselheira Vitória Buarque retomou o assunto da reconstrução das cidades, informando que o processo está totalmente desarticulado de todos os planos e de todas as políticas necessárias para a edificação de cidades. A única ação é a construção de casas, sem cuidado com o processo de planejamento, sem articular com o Plano de Habitação de Interesse Social, nem com os planos diretores. Além de tudo, há denúncias de que a distribuição de auxílio moradias é dirigida a pessoas que não necessitam delas e que grandes proprietários de terra estão superfaturando terrenos. O conselheiro Nazareno refletiu sobre a mudança de conjuntura da mobilidade, que no último ano foi alterada de uma condição de sem-recurso para uma situação com projetos e recursos. Por muito tempo reivindicou-se sua relevância e de uma hora para outra, começa a haver espaço para que isto aconteça, com um grande projeto que tem incidência real na cidade. Isto cria a necessidade de reflexão para o próximo Conselho sobre o papel, quando vêm investimentos maciços para as cidades. Diante da Copa, tem que se formarem urgentemente os conselhos em nível local. O conselheiro Carlos Comasseto sugeriu que o Conselho, assim que for definido o novo Ministro, se apresente a ele levando os principais temas, para que possam ter continuidade. O conselheiro Raul Carrion constatou que depois de cinco anos de vigência do SNHIS, da

exigência do plano de habitação, do conselho e do Fundo, 99% dos municípios poderão estar inabilitados pela lei que o Conselho ajudou a construir para o recebimento de recursos do FNHIS. Houve adiamentos, mas se não for enfrentado o problema isso vai continuar assim. Enquanto o FNHIS tiver dois bilhões em recursos, e fortes exigências para a sua liberação, ao mesmo tempo em que o programa Minha Casa Minha disponibiliza 200 bilhões e não exigir nada, o município não vai se mobilizar para cumprir as exigências de fundo, conselho, plano. O Minha Casa Minha Vida surgiu diante da crise em 2008, mas agora vem o PAC II e o Minha Casa II, que vão continuar correndo por fora do Sistema, desprezando o controle social. Quanto ao Plansab, ocorre a mesma situação que existe em relação ao SNHIS: a maior parte dos recursos não passa pelo controle sócia. João Alencar pediu a palavra para explicar o problema ocorrido no Comitê de Mobilidade no dia anterior. Informou que as pessoas que poderiam falar sobre o andamento das obras do PAC - o Secretário e a Diretora de Mobilidade - o primeiro estava no Rio, numa agenda com o governo do Estado e a Prefeitura sobre mobilidade. A diretora estava atendendo às análises e aos prefeitos que estão discutindo os projetos. Voltou ao tema do financiamento do transporte público, declarando que enquanto a sociedade não definir como ela quer se deslocar, o indivíduo vai buscar a solução individual de sua mobilidade e se tiver renda, compra um carro. Atualmente, só o transporte público quem dele faz uso, ainda que haja um conjunto maior de beneficiários pela existência do sistema de transportes. Ou a sociedade desenvolve mecanismos de absorver ou capturar essa mais valia ou não tem solução, porque não vai ter esse dinheiro federal, como se espera, para financiar transporte em todo país sob o ponto de vista de redução de tarifa. Viviana Simon justificou a ausência do Secretário de Saneamento. **5. Plenária votação das resoluções.** O Secretário-Executivo chamou o conselheiro Iramar Cardoso para ler e defender a primeira proposta, (Ver no Anexo da 27ª Reunião 1ª Proposta de Resolução). Ao final da apresentação, o conselheiro Miguel Lobato pediu que fosse retirado da proposta o artigo 2º, que recomendava o apoio do Ministério das Cidades ao Encontro Temático, incluindo aporte de recursos. Argumentou que o Concidades deve participar efetivamente, porque o problema está afeto às grandes cidades. Mas se há necessidade de recursos do Ministério das Cidades, é uma questão de negociação de governo para governo. Não cabe ao Conselho resolver que o Ministério tem que aportar recurso. O conselheiro Iramar Cardoso discordou porque o Sistema Nacional de Segurança Alimentar é intersetorial e não tem fundo de segurança alimentar como outros sistemas. O conselheiro Miguel Lobato afirmou que o Concidades pode entrar no debate da política transversal, mas que não está vinculado ao ministério titular do Consea e garantiu que o Concidades não vai vamos medir esforços para o evento acontecer. O Secretário-Executivo colocou a alteração do conselheiro Miguel Lobato em regime de votação, recebendo quatro votos contra. A resolução foi aprovada. A proposta seguinte, referente ao Programa Bicicleta Brasil, conforme (Ver no Anexo da 27ª Reunião 2ª Proposta de Resolução), foi apresentada pela conselheira Inês Damasceno, que leu a moção (Ver no Anexo) que conduziu à proposta da resolução. Uma conselheira sugeriu acrescentar “‘no mínimo’ 5% dos recursos” no artigo 2º. O conselheiro Miguel Lobato solicitou acrescentar um artigo dando ciência da resolução às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visto que a Medida

Provisória do PAC II já está pronta, e neste caso seria necessária emenda parlamentar para acrescentar a dotação ao Programa. O Secretário-Executivo colocou em votação a proposta com as duas alterações, e foi aprovada por unanimidade. Indicou o teor da proposta seguinte (Ver no Anexo da 27ª Reunião 2ª Proposta de Resolução), recomendando a criação de comissão interministerial para monitoramento do compromisso Despejo Zero nas intervenções vinculadas à Copa 2014. Daniel Montandon comentou que a preocupação não deve estar voltada unicamente para a habitação, pois as obras que estão relacionadas aos conflitos e despejos são obras viárias de transporte. Isto sai um pouco do escopo de atuação do GT Conflitos e da Coordenação de Conflitos da SNPU. É difícil ter uma ingerência sobre os impactos que envolvem outros ministérios e teria que envolver o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. O conselheiro Orlando Junior defendeu a proposta, explicando que já existe a Comissão Interministerial de desenvolvimento de ações para solução de conflitos fundiários urbanos, até hoje não efetivada. Propôs que deveria ser deliberada uma nova atribuição para esta comissão. O conselheiro Miguel Lobato expôs que na reunião passada, levantou-se que há um Grupo Executivo da Copa e das Olimpíadas, coordenado pelo Ministério dos Esportes e que o Conselho das Cidades quer participar deste Grupo. Um dos pontos que seria proposto para este Grupo é que nas intervenções urbanísticas implementados para os eventos, os representantes do Conselho estariam dialogando para evitar as remoções. O Secretário-Executivo propôs uma nova redação à Resolução Recomendada nº 24, o que implica numa nova resolução, introduzindo nela os novos interesses, e fica só uma Comissão. O conselheiro Marcelo Edmundo lembrou que na última reunião do Conselho foi aprovado o GT de Acompanhamento da Copa. O Diretor Daniel esclareceu que a Comissão não tem o poder de barrar despejos. Ela está voltada para o monitoramento e recomendações, pois quem despeja são os governos estadual ou municipal, que está fazendo a obra. O objetivo dessa comissão é o de ser um espaço de diálogo e interpelação de governos, e monitoramento pelo cumprimento das resoluções. Os já estão acontecendo no Brasil inteiro e esta resolução poderia ser um instrumento importante para reverter a maneira como têm sido realizadas as intervenções urbanas nas cidades onde a Copa será realizada. O conselheiro Miguel Lobato insistiu que as propostas são diferentes. Sua proposta é ingressar no Grupo Executivo coordenado pelo Ministro dos Esportes, pois é este grupo que acompanha as obras e o Conselho tendo assento nele tem poder de forma efetiva para intervir. O conselheiro Marcelo Edmundo resumiu o que ocorreu na reunião passada: uma primeira resolução foi aprovada, a de nº 95, que criou o GT Copa; a outra não foi aprovada, era a que criaria a relação com o Grupo Executivo. O Secretário-Executivo colocou em votação a proposta defendida pelo conselheiro Orlando Junior com as alterações propostas, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou em votação a proposta de inclusão de membros do Conselho das Cidades no texto do decreto que trata do Grupo Executivo da Copa, informando que providenciaria a sua redação com a nomenclatura técnica. A proposta foi aprovada por unanimidade. Após isto, perguntou ao pleno se estava aprovado o texto da ata da reunião anterior, colocando a íntegra da degravação com as devidas correções de português e adequação de grafia. Foi aprovada. Depois disto, foi lembrado que na

reunião anterior havia ficado pendente a indicação pelo Conselho do suplente para o Grupo Executivo Intergovernamental da Amazônia Legal. O conselheiro Miguel Lobato propôs que, como não há consenso entre os movimentos populares, e o setor empresarial está reivindicando vaga, a indicação fosse adiada para a próxima reunião. Solicitou também que na mesma ocasião fosse resolvida a composição do conselho do fundo, realizando uma rodada de consulta. Viviana Simon expôs que o Conselho, há algum tempo antes, havia aprovado uma resolução que definia 27 seminários regionais mas verificou-se que isto era impossível. O problema é escolher se se realizam os seminários, para agregar as consultas, ou se termina o Plansab a tempo de ser incluído no PPA, porque se for perdido o prazo, perdem-se mais quatro anos pela frente. Assim, o Comitê Técnico definiu dois seminários regionais e um encontro nacional, mas em vista da resolução antiga seria preciso discutir a alteração da resolução anterior no sentido de dois seminários regionais, Norte/ Nordeste e outro Sul/Sudoeste/Centro-Oeste. Para o nacional será utilizado o sistema Interlegis. O conselheiro Miguel Lobato ponderou não ser possível fechar um plano de saneamento num país com a grande diversidade regional com apenas dois seminários. É legítima a preocupação com o PPA, mas o correto seria ter cumprido a agenda que o Conselho determinou para o Plansab. Propôs a manutenção da Resolução e a divisão da equipe do conselho para dialogar com a sociedade, junto com o Ministério. Viviana Simon reafirmou que para entrar no PPA, o Plano teria que estar concluído até abril de 2011. Lembrou que o Miguel do Planejamento esteve na reunião do GTI de Saneamento, e informou os prazos. Esclareceu que fazer um seminário implica em deslocar pessoas que possam dar respostas e explicações, para o cidadão não sair com mais dúvidas do que quando entrou. Usar o Interlegis traria uma abrangência é muito maior. A conselheira Bartíria Perpétua resumiu que seria preciso fazer um indicativo, para agilizar sem prejuízo do PPA nem do debate. Após os três seminários (dois regionais e o Interlegis), continuam os outros seminários regionais, só para agilizar no PPA. De 27 seminários aprovados em resolução, restaram apenas cinco - primeiro três, e os outros dois, posteriormente ao processo do PPA. O conselheiro Miguel Lobato lembrou que ainda existe uma resolução que não foi mudada, e o Ministério tem que cumpri-la no que tange ao Plansab. Deixou claro que o seminário tem que ter paridade na participação, já que há vários interesses em jogo. Acrescentou, ainda que se fosse para priorizar três regiões as escolhidas seriam as que têm mais mazelas e necessidade de mais saneamento – as regiões Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste. A conselheira Bartíria recomendou que se faça o seminário nacional com o Interlegis, e mais dois, e ficam dois para fazer depois. Primeiro tem que ser o nacional. O Secretário-Executivo declarou que a proposta de manter os cinco seminários é irrefutável. O Ministério se compromete a financiar a ida dos conselheiros que se inscreverem para os três seminários que antecederão o dia 30 de abril. Fica o compromisso do Ministério com os membros do Conselho das Cidades que se inscreverem para os seminários norte, nordeste e centro-oeste que serão os primeiros. É garantida a presença deles financiada pelo Ministério, para assegurada a representatividade. O Conselheiro Miguel Lobato mencionou que o seminário é para estabelecer diretriz do Plano, e implica em disputa de interesse, e como não se disputa interesse só com conselheiros, é necessário debater critérios para o seminário:

proporcionalidade, quantas pessoas por segmento, quem vai para a mesa, tem que ter os segmentos que representam o Conselho e a concepção da política de saneamento. Não se trata de um debate de técnicos de Ministério, é dos segmentos, para formular diretrizes para o plano. O conselheiro Orlando Junior ponderou que é melhor avaliar o termômetro dos interesses em jogo por meio de espaços de debate abertos do que controlar a participação e depois ser pego por outros processos. Porque se for criado artificialmente um espaço de debate não se avalia a força real dos segmentos que estão atuando na área do saneamento. Quanto à escolha do local, seria um erro grave tirar o sudeste das prioridades, em razão da necessidade de enfrentar os agentes econômicos, políticos e sociais que estão nessa região e que interferem no saneamento. Considerou, também, que seria melhor realizar cinco seminários não ideais, do que realizar somente três, mas se for preciso escolher que sejam Amazônia, Nordeste e Sudeste. Afirmou, finalmente, preferir garantir a participação dos segmentos populares, mas não controlar a participação de ninguém. O conselheiro Miguel Lobato afirmou que a Secretaria junto com o Comitê Técnico de Saneamento, devem estabelecer o número de participantes em cada seminário e a partir daí quantos participantes terão cada segmento. Declarou não ser possível trazer uma proposta que rebaixe a Resolução, mas sim, incentivar que o governo cumpra as resoluções. O Secretário-Executivo agradeceu, afirmando que passava um ciclo de governo que ficou para a história do Brasil. XXXXXXXXXXXXXXX